

News Paper

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Seminário sobre novos rumos da administração tributária e aduaneira trata de conformidade

Página 6

CNC divulga tabela de contribuição sindical

Página 7

Estatísticas mostram consumo aparente de papéis de imprimir e escrever, jornal e cartão

Páginas 12 a 14

Em onze meses de 2018, importação de cuchê caiu 30%

Página 15

Com sinais de retomada da economia e novo governo, expectativa para 2019 é positiva

Avaliação do ano que termina dá tom de otimismo. As condições econômicas e políticas podem ser favoráveis para que o próximo ano seja melhor para o setor.

Páginas 2 e 3

O mercado de aparas de papel

Páginas 4 e 5

Two Sides foi apresentada ao Senac e ao Sesc, reuniu comitê de sustentabilidade e assina artigo sobre a embalagem de cartão e o meio ambiente

Páginas 8 a 10

EXPEDIENTE

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos

(11) 3044-2214 - www.andipa.org.br
comunicacao@andipa.org.br
andipa@andipa.org.br

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Staff

Edna Souza

Conteúdo Editorial e Diagramação
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosângela Valente (Mtb 121/MS)

Para 2019, expectativa positiva e otimismo

Vamos nos despedindo de 2018 com expectativa otimista de dias melhores. O ano que termina foi difícil e intenso, mas não necessariamente ruim. Ele certamente deixa marcas e lições que nos dão a tônica para 2019. Foi um ano de eleições, de Copa do Mundo e de *fake news*, entre tantos acontecimentos políticos, sociais e econômicos. No Brasil e no mundo, 2018 ficou marcado por relações tensas, por ações truculentas e posições polarizadas.

Neste cenário complexo, o desempenho da economia brasileira ainda foi fraco, mas evidenciando seu potencial de recuperação. No segmento de papel, o ritmo mais lento da economia somou-se à oscilação de preços, primeiro impactados pela valorização do dólar e depois pela cotação da celulose, em alta até o primeiro semestre deste ano. A partir de então, a estabilização do preço da celulose deu fôlego às empresas do setor, condição que esperamos se mantenha.

Junto com a situação político-econômica, tivemos em 2018 importantes movimentos de consolidações e rearranjos nos mercados integrantes da cadeia do papel, afetando empresas tradicionais em seus segmentos. Na ponta do consumo, a crise atingiu fortemente companhias dos setores de revistas e livrarias. Mesmo assim, ainda não se tem a real dimensão destes fatos na demanda de papéis para estes fins. Em princípio, creio que as vendas de livros – e consequentemente sua produção – não devem diminuir, mas sim seguir para outros players e canais.

Na Andipa, seguimos a agenda da livre e leal concorrência, com o combate aos desvios do papel imune. Centramos esforços na conscientização para que as regras de fiscalização e controle sejam efetivas na punição aos infratores e deem segurança jurídica às operações com papel imune daqueles que seguem o rigor da legislação. Neste ponto, tivemos importantes avanços em 2018, com desdobramentos que devem se concretizar nos próximos meses.

Ao final de 2017, resiliência e capacidade de adaptação resumiam bem os desafios enfrentados. No início de 2018, falávamos de um cenário mais favorável para o setor, que em parte não se concretizou. Mas ainda assim, estamos terminando o ano com melhores perspectivas e o potencial início de um novo ciclo de crescimento, principalmente motivados pelas expectativas nas ações do novo governo.

Não devemos ter um céu de brigadeiro, mas as turbulências tendem a serem mais brandas. E, se não forem, ao menos sentiremos menos impactos por estarmos mais ajustados às condições atuais. Para o distribuidor de papel, 2019 deverá ser um ano melhor, com menos players, mas com o mercado mais estável – no sentido de menos predatório. Confiantes e otimistas, saudemos o novo ano!



Arquivo

Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor

Sinais de retomada da economia

Por Jaime Vasconcellos *

Era sabido que os resultados da maior recessão da economia brasileira seriam sentidos profundamente e de forma bastante longa no nosso ambiente socioeconômico. Afinal de contas, perdemos mais de 7% da nossa produção de riqueza. E houve um cenário de dificuldades práticas para trabalhadores e empresários após um grande recuo. Passamos significativa retração da indústria, por aumento significativo dos preços, perda de confiança dos agentes, retração do consumo, aumento do endividamento e inadimplência, queda das receitas empresariais e consequente aumento do desemprego.

Mas, enfim, nos parece que o pior momento ficou para trás. O PIB que cresceu 1% em 2017, deve acelerar para quase 1,5% em 2018. Um ritmo 50% maior na taxa de crescimento do ano passado. Já vemos reação de vendas do comércio e receitas dos serviços. Sem contar a queda recente do número de desempregados. Para 2019, a conjuntura tem tudo para ser ainda melhor. A taxa de desemprego, ainda que muito alta, deve continuar com tendência decrescente. A inflação, também em baixos níveis, manterá o patamar dos juros básicos. Tais cenários darão continuidade na recuperação das receitas empresariais, assim como confiança dos seus gestores. Tais realidades nos permitem hoje projetar uma evolução do PIB acima dos 2% para o ano que vem.

Ressalta-se que o comércio nacional atacadista de artigos de papelaria, papel, papelão e resíduos possui, segundo a RAIS 2017 (Relação Anual de Informações Sociais), 6.120 estabelecimentos, patamar abaixo do pico de 2013, mas 8,7% superior ao registrado em 2007. Empregando diretamente mais de 34,2 mil vínculos com carteira assinada. Sendo que esta relação capital-trabalho gerou uma massa salarial anual em torno dos R\$ 843,3 milhões. Estes números dimensionam a

importância deste grupo econômico. O qual, como muitos outros setores, possui desafios, mas também tem potenciais imensos para ultrapassar este processo de retomada lenta.

Neste sentido, destaca-se mais profundamente a necessidade rotineira da empresa investir em um formato profissional de sua gestão. Sejam de seus níveis estoques, seus fornecedores, quadro de trabalhadores, fluxo de caixa, sazonalidades e níveis de endividamento. Em verdade, estes são os pontos de ação fundamentais para maior eficiência empresarial, algo vital para sobrevivência em períodos de crise e potencializador nas retomadas.

Para apoiar e auxiliar este processo, o Sinapel (Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo) e sua entidade representativa de segundo grau, a FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo), continuarão trabalhando na defesa dos interesses de seus representados, atuando para tentar sanar suas necessidades e na missão contínua do desenvolvimento empresarial paulista e brasileiro.



** Economista, formado pela UNESP (Universidade Estadual Paulista), por dois anos foi gerente da área econômica da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo). Hoje é sócio da Eagles Consultoria e da JFP Consultoria, com sedes em São Paulo/SP. Possui quase dez anos de experiência com palestras e análise de dados sobre emprego, renda e estabelecimentos, assim como, na assessoria da área sindical para negociações coletivas.*

De resíduo à matéria-prima, as funções ambiental e socioeconômica das aparas de papel

O consumo de aparas de papéis no Brasil vem crescendo à média de 3,9% ao ano e equivale a 5 milhões de toneladas, em dados de 2017. São cerca de 900 aparistas em atuação no País, atendendo 216 fábricas de papéis de todos os tipos, segundo a Associação Nacional dos Aparistas de Papel (ANAP). Sejam como sobras de produção gráfica ou por descartes de papéis pós-consumo, as aparas são matérias-primas para a produção de outros tipos de papéis, inclusive como alternativa para a fibra virgem de celulose. Com isso, a demanda e o valor da apara oscilam conforme a cotação da celulose.



Cerca de 100 pessoas, entre aparistas, fabricantes de papel e interessadas no setor, estiveram presentes ao evento Aparas 2019. Gustavo Silva (LBZ Advocacia), explicando aspectos da legislação sobre resíduos sólidos.

Representantes de diversos segmentos ligados ao mercado de aparas de papel participaram do evento Aparas 2019, promovido pela ANAP, no dia 23 de novembro, em São Paulo. As palestras contemplaram todo o ciclo das aparas, da reciclagem às questões ambientais e de preservação, passando por suas utilizações e pelos dados econômicos do negócio.

Como resíduo e material reciclável, as aparas de papel estão ligadas à logística reversa, que determina a responsabilidade da cadeia na destinação final do descarte de seus produtos ou do que sobra de sua produção. É o que estabelece a Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ainda que não cite especificamente, a legislação engloba o setor de embalagens, no qual se incluem o papel e as aparas.

No evento, coube ao advogado Gustavo Silva, do escritório LBZ Leite de Barros Zanin Advocacia, apresentar os aspectos legais da logística reversa para o segmento de aparas de papel. Explicando os desdobramentos desde o início da vigência da lei, Silva disse que o Ministério Público tem fiscalizado as empresas com base no entendimento de que todos os setores são obrigados a cumprir a lei, apesar de não estarem listados no texto.

Problema e oportunidade

A necessidade de preservar o meio ambiente é um desafio que tem levado à inovação, como a PlataformaVerde, um sistema online de gerenciamento de resíduos sólidos. William Gerst, coordenador da empresa, explicou a ferramenta que auxilia no controle e fiscalização.

“A inovação tecnológica é a base para o crescimento exponencial e sustentável, fundamental para o desenvolvimento do tripé social, ambiental e econômico”, afirmou Gerst, observando que são geradas anualmente 78 milhões de toneladas de resíduos sólidos no Brasil. A ANAP e a PlataformaVerde já discutem um modelo de certificação que agregue valor ao mercado de aparas.

Falando sobre sustentabilidade, Ricardo Honorato, engenheiro ambiental da Tetrapak, apresentou as ações desenvolvidas pela empresa multinacional, produtora de embalagens para alimentos. Ele destacou o compromisso ambiental da empresa e as iniciativas de fomento à reciclagem.



Aparas 2019

... De resíduo à matéria-prima, as funções ambiental e socioeconômica das aparas de papel

Papelão-caixa-papelão

Do total coletado apurado pela ANAP, 81% são aparas marrons, 16% são brancas e 3% são aparas de cartão. As aparas marrons têm também a maior taxa de recuperação, 79%, segundo a Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO). As aparas marrons são a base para a produção do papelão ondulado, utilizado em caixas. Uma vez descartadas, as embalagens de papelão ondulado são coletadas como aparas e voltam às fábricas como matéria-prima, em um ciclo que leva de três a quatro meses para se completar. Do papel consumido na fabricação de papelão, a ABPO aponta que 70% vêm da reciclagem e 30% de fibras virgens.

“Para o setor, a tendência é ter um futuro, no médio e longo prazo, de crescimento”, afirmou Eduardo Brasil, diretor da ABPO, explicando que no mundo todo está se falando em preservação, o que é uma vantagem para o setor de celulose, proveniente de florestas plantadas e com produto reciclável. Um dos dados que fundamentam a expectativa de Eduardo Brasil é a produção per capita de embalagem de papelão ondulado. De acordo com estudo de 2017 da International Corrugated Case Association (ICCA), entidade mundial do setor, cada brasileiro consumiu 18 quilos de embalagens de papelão, indicador muito baixo quando comparado a outros países. Os vizinhos argentinos têm consumo per capita de 26 quilos, enquanto cada norte-americano consome 73 quilos de papelão ao ano, por exemplo.

Apresentando os dados dos últimos dez anos, o diretor disse que o mercado nacional de papelão continua crescente. Em 2018, a entidade projeta aumento de 2,28% sobre o ano anterior, quando foram expedidas 3,50 milhões de toneladas. No acumulado até novembro, as expedições têm alta de 2,03%, para 3,29 milhões de toneladas. Para 2019, a estimativa é crescer mais 2,98%.

Cenário

Encerrando o encontro, Pedro Vilas Boas, presidente executivo da Associação Nacional dos Aparistas, falou das perspectivas para 2019 para as aparas de papel. A partir de dados de produção e preços de celulose e de papel, ele apresentou o cenário do mercado de aparas em cada segmento. Arriscando previsões, Vilas Boas, disse que “as aparas brancas, de papéis offset e cuchê, devem manter oferta estável e, com preços menores da celulose, poderão perder valor voltando ao nível abaixo de R\$ 2 mil por tonelada”. A apara de jornal deve continuar “escassa, com preços altos limitados pelo valor da pasta mecânica”. Já as aparas de revistas, que tiveram queda no consumo interno levando à exportação, poderão enfrentar eventuais obstáculos pela situação conjuntural do comércio com a China. A projeção de crescimento no segmento de papéis para embalagens deverá “manter as dificuldades com a obtenção de aparas marrons e, conseqüentemente, preços em alta, a partir do segundo trimestre do ano”. No entanto, o executivo apontou que outros fatores deverão impactar o mercado de aparas marrons, em especial o desempenho da economia brasileira.

Conformidade foi um dos temas de seminário sobre novos rumos da administração tributária e aduaneira

O Seminário Internacional “A Administração Tributária e Aduaneira: Novos Rumos e Desafios” realizado pela Receita Federal, no dia 21 de novembro, tratou de três grandes temas: Conformidade Tributária; Desafios do Controle Aduaneiro com Facilitação e Segurança; e Tecnologia Disruptiva Gerando Novos Paradigmas no Modelo de Trabalho da Administração Tributária e Aduaneira. Com 15 palestrantes brasileiros e estrangeiros, o evento contou com a presença de representantes do setor público e privado, bem como de entidades internacionais tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial das Aduanas (OMA).

Os painéis sobre conformidade tributária foram mediados pelo secretário-adjunto da Receita Federal, auditor-fiscal Paulo Ricardo de Souza Cardoso, e trataram sobre esta nova forma de relacionamento entre o contribuinte e os Fiscos, que foca menos no controle punitivo ao contribuinte e mais em um trabalho colaborativo das Administrações Tributárias, orientando os indivíduos e empresas a cumprirem corretamente suas obrigações. As informações prévias e a cobertura do seminário são da assessoria de comunicação institucional e estão disponíveis no portal da Receita Federal.

O chefe da equipe de grandes contribuintes da Agência Estatal da Administração Tributária da Espanha, Luis Cremades apresentou o modelo de cumprimento tributário cooperativo aplicado em seu país, que busca alcançar melhoras significativas no nível de transparência mútua e reduzir os custos de cumprimento tributário, prevenindo litígios jurídicos e administrativos. Dentre as iniciativas de sucesso na Espanha, Cremades destacou o Fórum de Grandes Empresas, que serve como interface de discussões entre o setor privado e o Fisco, o Código de Boas Práticas Tributárias e os Informes de Transparência, todos de adesão voluntária pelas empresas. Por meio dos Informes de Transparência, as empresas podem voluntariamente apresentar antes da entrega de suas declarações alguns dados não obrigatórios, porém relevantes para as atividades do Fisco, tais como: estrutura internacional do grupo, presença em paraísos fiscais, estrutura de serviços intragrupo, e mudanças significativas nas estruturas de holdings ocorridas no período.

Benefícios aos bons contribuintes

O professor do departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Universidade de São Paulo (USP), Heleno Taveira Torres, discutiu aspectos jurídicos da adoção de programas de conformidade no Brasil. Para Torres, eventuais benefícios concedidos a contribuintes que optam por agir em conformidade com a legislação não podem ser considerados como tratamento desigual em relação a outros.

O entendimento de Torres segue na mesma linha adotada pelo subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento da Receita Federal, auditor-fiscal João Paulo Fachada Martins da Silva, que tratou das iniciativas do Órgão para implantar um programa de conformidade baseado no risco que o contribuinte oferece. “Nosso projeto é classificar mais de 7 milhões contribuintes. Sabemos que a grande maioria cumpre regularmente suas obrigações tributárias, e nosso foco é sempre facilitar essa tarefa para esse grupo. Já para aqueles que não estão dispostos a pagar os impostos, teremos o rigor total da lei”, explicou.

Para o subsecretário, não faz sentido gastar recursos públicos para vigiar contribuintes que historicamente são adimplentes. “Para esse grupo, temos apenas que simplificar a prestação de obrigações. Porém, nos últimos anos temos gastado mais recursos públicos e dado mais benefícios justamente com os que não pagam suas dívidas e ficam esperando parcelamentos especiais”, destacou Martins da Silva, citando que desde o ano 2000 foram promulgadas 76 medidas provisórias ou leis que criaram, prorrogaram ou alteraram parcelamentos especiais.

Encerrando o painel sobre conformidade tributária, José Augusto Coelho Fernandes, diretor de Políticas e Estratégias da Confederação Nacional da Indústria (CNI), trouxe um levantamento realizado pela entidade sobre experiências similares conduzidas em outros países, onde houve uma maior aproximação entre o Fisco e o contribuinte.

As apresentações sobre os desafios do controle aduaneiro contaram com a participação da Academia Internacional de Direito Aduaneiro e do Instituto Aliança Procomex, além da equipe da Receita Federal. Utilização de inteligência artificial e as peculiaridades do mundo digital dominaram o último bloco de painéis.

Receita Federal responde sobre revenda de estoque de papel imune

A Coordenação-Geral Tributária da Receita Federal respondeu à consulta de um contribuinte sobre a revenda de estoque de papel imune. Após deixar de prestar os serviços de impressão de jornais, a empresa indagou a autoridade fiscal 'sobre a possibilidade de alienação, através de leilão, desse estoque para outras empresas inscritas no Recopi Nacional, sem que haja a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na saída'.

De acordo com a decisão publicada, presume-se regular a comercialização de papel imune adquirido para impressão de livros, jornais e periódicos que não for mais utilizado pela empresa para esse fim, desde que a transferência de titularidade seja a pessoa jurídica que também detenha registro especial.

Citando os dispositivos legais que regem o papel imune, a Receita acrescenta que "caso a alienação seja à pessoa jurídica sem registro especial regular, incidirá a regra de responsabilização sobre a empresa alienante, pois configura a violação da finalidade constitucional".

O resultado da consulta reitera o entendimento que a fiscalização federal tem adotado nas questões de operações com papel imune e a Andipa tem defendido que seja também praticado na esfera estadual. "Interessante que houve boa compreensão da legislação", avaliou Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva, advogado tributarista da LBZ Advocacia.

Confederação divulga tabela de contribuição sindical para 2019

A contribuição sindical de 2019 tem vencimento em 31 de janeiro e deve ser praticada pelos sindicatos conforme a tabela abaixo, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O pagamento da contribuição sindical tornou-se facultativo pela Lei nº 13.467 de 2017, que implantou a reforma trabalhista. A receita da contribuição é essencial para manutenção das atividades sindicais em prol dos representados, enfatiza Vicente Amato Sobrinho, presidente do Sinapel (Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo).

O Conselho de Representante da CNC decidiu reajustar os valores que serão praticados em 2019 pelo IGPM de 8,9%, fixando contribuição mínima de R\$ 234,35. O total a ser recolhido pelas empresas do comércio atacadista de papel varia conforme o capital social, até o limite máximo de R\$ 110.206,60.

Como divulgado, a base de cálculo foi definida conforme art. 21 da Lei nº 8.178, de 1991, e atualizada de acordo com o art.2º da Lei nº 8.383, de 1991, observada a Resolução CNC/Sicomércio nº 033/2018.

TABELA

Para os empregadores e agentes do comércio organizados em firmas ou empresas e para as entidades ou instituições com capital arbitrado (item III alterado pela Lei nº 7.047, de 1º de dezembro de 1982, e §§ 3º, 4º e 5º do art. 580 da CLT).

VALOR-BASE: R\$ 390,25

LINHA	CLASSE DE CAPITAL SOCIAL (em R\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A ADICIONAR (em R\$)
1	De 0,01 a 29.268,75	Contribuição mínima	234,15
2	De 29.268,76 a 58.537,50	0,80%	-
3	De 58.537,51 a 585.375,00	0,20%	351,22
4	De 585.375,01 a 58.537.500,00	0,10%	935,60
5	De 58.537.500,01 a 312.200.000,00	0,02%	47.766,60
6	De 312.200.000,01 em diante	Contribuição máxima	110.206,60

Fonte: Informe Sindical CNC nº 299 outubro 2018

Comitê de sustentabilidade apresenta ações

Membros e convidados do Comitê de Sustentabilidade de Two Sides Brasil participaram da segunda reunião do ano, na qual foram apresentadas ações e cases de 2018, além de sugestões e planejamento para 2019. Com 12 adesões em 2018, a Campanha Two Sides Brasil conta agora com 50 membros entre entidades e empresas de diversos segmentos ligados à cadeia do papel e da comunicação impressa. O segmento de distribuição apoia o projeto através de suas entidades, Andipa e Sinapel, representadas na reunião por seu executivo, Vicente Amato Sobrinho.

Dentre os cases positivos mais recentes, um dos destaques apresentados foi a parceria firmada com a Maurício de Souza Produções para a inserção de histórias embasadas nos valores defendidos por Two Sides nos gibis da Turma da Mônica. A partir da iniciativa bem-sucedida, já se discute a criação de uma revista exclusiva, compilando as histórias, que poderá ser publicada em outros idiomas, como relatou Fabio Arruda Mortara, country manager de Two Sides Brasil. Segundo ele, a Editora Moderna também aderiu à iniciativa e desenvolve um projeto que tem como foco a educação e a formação de alunos, leitores e consumidores conscientes dos valores do papel e da comunicação impressa.

Presente em cinco continentes, Two Sides é uma organização global, sem fins lucrativos, criada em 2008, na Grã-Bretanha, por membros das indústrias de celulose, papel e comunicação impressa. Two Sides promove a produção e o uso responsável da impressão e do papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre os impactos ambientais da utilização desse recurso. O papel, por ser proveniente de florestas certificadas e gerenciadas de forma sustentável, é um meio de comunicação excepcionalmente poderoso, de fonte renovável, reciclável e biodegradável.

Uma das frentes de atuação de Two Sides é o combate ao *greenwashing*, que consiste na prática de fazer uma alegação infundada ou enganosa sobre os benefícios ambientais de um produto, serviço, tecnologia ou prática da empresa. O Comitê foi informado que, em 2018, 87 casos foram identificados como *greenwashing*, que resultaram em 46 notificações referentes a falsas alegações sobre o uso do papel. A taxa de sucesso nas ações foi de 23%, como no caso das mensagens colocadas nos secadores de mãos das unidades Sesc e Senac (confira matéria na página 09).

Economia circular

A reunião contou ainda com palestra de Richard Moller, diretor da Hubergroup Brasil, fornecedora mundial de tintas gráficas e uma das novas associadas de Two Sides Brasil. O executivo apresentou o modelo de negócios adotado pela empresa baseado na economia circular. A Hubergroup está implantando em seus produtos a certificação Cradle to Cradle, um conceito desenvolvido na década de 1990, em Hamburgo, que descreve o uso seguro e potencialmente infinito de materiais em ciclos. Tido como inovador, este conceito considera os resíduos a partir dos ciclos biológicos e os ciclos tecnológicos para materiais. Ou seja, os resíduos em um produto antigo tornam-se o “alimento” para um novo produto.

Inspirado na natureza, no qual os produtos são criados de acordo com os princípios de uma economia circular ideal, Cradle to Cradle vai além da reciclagem convencional e visa a ecoeficiência como modelo de negócio. A ideia segue três princípios: os nutrientes devem se tornam nutrientes novamente; a utilização de energias renováveis e celebrar a diversidade, imitando os sistemas naturais.

Sesc e Senac conhecem Two Sides

Um adesivo colado nos banheiros motivou um promissor contato entre Two Sides Brasil e as administrações paulistas do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do Sesc (Serviço Social do Comércio), entidades ligadas à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). O diálogo foi promovido pelo presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo (Sinapel), Vicente Amato Sobrinho, que é diretor da FecomercioSP, conselheiro do Sesc e também membro de Two Sides Brasil.

As reuniões foram solicitadas a partir de uma mensagem incorreta relacionando o corte de árvores ao uso do papel toalha, afixada nas máquinas de secar mãos pelo fornecedor do equipamento. Fabio Arruda Mortara, country manager de Two Sides, e as diretoras Heloisa Cintra Vidigal e Ynara Tosi Anseloni, tiveram a oportunidade de apresentar a campanha e desfazer mitos sobre o papel e a comunicação impressa. Acompanhados por Vicente Amato, no Senac foram recebidos por José Maria da Silva Oliveira, gerente da Gerência de Materiais e Serviços, e por seu assistente, Leandro Alves de Oliveira. No Sesc, o encontro foi com Sérgio José Battistelli, coordenador de Assessoria Técnica e de Planejamento.

Nas duas casas, a campanha de valorização do papel e da comunicação impressa teve boa receptividade e deve gerar novas oportunidades, como avaliou Mortara. Two Sides já foi convidada a apresentar palestra no encontro de representantes das unidades do Senac – SP, responsáveis pelo Sistema de Gestão Ambiental (SGA), visando divulgar o trabalho da Two Sides e compartilhar a visão apresentada, possibilitando ampliar e reconsiderar o uso consciente do papel. O evento está previsto para o primeiro semestre de 2019.

Também foram abertas possibilidades de contato com outros setores integrantes das estruturas Sesc e Senac, como as editoras.

Além disso, as duas instituições informaram que os adesivos que faziam alusão ao corte de árvores foram retirados dos banheiros de suas unidades, bem como o estoque foi descartado de forma adequada.

Conselheiro do Sesc, Vicente Amato Sobrinho enfatizou a intrínseca relação da entidade com o universo do papel, como produtora de conteúdo em consonância com sua perspectiva de difusão cultural. O Sesc desenvolve e disponibiliza livros, revistas, catálogos, além de CDs, DVDs e produtos que permitem o acesso a informações, ao registro e a outros conteúdos relacionados à programação das Unidades.

A embalagem de cartão e o meio ambiente

Por Manoel Manteigas de Oliveira *

A despeito do pessimismo de muitas pessoas a humanidade tem evoluído para melhor. No entanto há questões que devemos enfrentar para continuar a progredir. O resgate de populações que vivem em extrema pobreza, por exemplo, é um desafio. Outra é a questão ambiental.

Esta última envolve, basicamente, três aspectos. Um é a contaminação dos ecossistemas com resíduos não biodegradáveis - frequentemente substâncias sintéticas e tóxicas. Talvez o caso mais conhecido seja o dos polímeros. A imagem das gigantescas “ilhas” de detritos plásticos flutuando no Oceano Pacífico é bastante conhecida, mas eles estão por toda a parte, poluindo e contaminando o meio-ambiente.

Outro aspecto é o uso abusivo dos recursos naturais. Matérias-primas não renováveis, extraídas continuamente, podem ter suas reservas esgotadas comprometendo a sustentabilidade econômica. Solos usados intensivamente e sem o manejo adequado podem se tornar inúteis. O desmatamento pode promover a desertificação. O terceiro ponto é o aquecimento do planeta pelo efeito estufa, causado pela contaminação da atmosfera com diferentes gases, principalmente o dióxido de carbono.

Nesse contexto as embalagens têm grande importância. O fato de não consumirmos as embalagens, mas sim os produtos que contêm, levam muitos a crer que elas são inúteis e que poderiam ser dispensadas. No entanto, a maior parte das embalagens ajuda a aproveitar melhor os recursos naturais, evita desperdícios e melhora a distribuição de riquezas.

Proteger alimentos e outros produtos reduz as perdas desses itens. Muito mais alimentos e outros bens seriam descartados e desperdiçados se não fossem adequadamente embalados. Havendo mais bens em boas condições à disposição, mais baratos eles serão e mais acessíveis às populações de baixa renda. Então, não é boa ideia eliminar as embalagens e isso nem seria viável. O que deve ser feito é produzir embalagens que tenham o menor impacto ambiental. A embalagem ideal deve ser biodegradável. Deve ser produzida a partir de matérias-primas renováveis e, se possível, contribuir para mitigar o aquecimento global.

O instituto “Smithers Pira”, da Grã-Bretanha, publicou os resultados de uma pesquisa recente realizada em cinco países – Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha. Foram entrevistados varejistas e donos de marcas sobre o tema “embalagens e sustentabilidade”. Algumas conclusões:

- 96% consideram a sustentabilidade das embalagens importante para os negócios;
- 81% consideram que reciclabilidade é importante, 48% que é crítica;
- 62% acreditam que a demanda por embalagens sustentáveis deve aumentar;
- embalagens de cartão são reconhecidas como as mais sustentáveis;
- plásticos são vistos como difíceis de reciclar, por usar matérias-primas não sustentáveis e conter substâncias perigosas.

Cartão é feito de celulose, extraída de árvores. Ao contrário do que muita gente pensa, toda celulose produzida no Brasil vem de árvores plantadas e nada vem de matas nativas. Trata-se, portanto, de matéria-prima renovável que não esgota recursos naturais. As árvores plantadas contribuem para a redução do efeito estufa. Em alguns países usam-se árvores nativas, mas para cada árvore colhida outras são replantadas de modo a garantir sua reposição. Na Europa, por exemplo, as florestas têm crescido 44.000 km² nos últimos dez anos. A água utilizada na fabricação de celulose e papel não é perdida. Mais de 90% é devolvida ao meio ambiente em condições adequadas segundo os critérios legais.

A reciclagem de papel e cartão no Brasil é de 67%, segundo a Associação Nacional dos Aparistas – ANAP – e esse número tende a crescer. Na Europa chega a 82%.

Você jamais vai ver pedaços de cartão flutuando na imensa ilha de lixo do Oceano Pacífico.

* Diretor técnico da Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG) e de Two Sides Brasil

[#twosides.org.br](https://twosides.org.br)
twosides@twosides.org.br

Encerrando as atividades do ano, Andipa e Sinapel receberam os associados e parceiros para momentos de confraternização



Gracia Martin (Assessora de imprensa do Sinapel), Gustavo Silva (LBZ Advocacia), Vicente Amato Sobrinho (presidente do Sinapel), Horácio Tadeu Ara (Portela Papéis) e Leandro Romera (LBZ Advocacia)



Vitor Paulo de Andrade (Rio Branco Papéis), Horácio Tadeu Ara (Portela Papéis)



Ailton Scarpitta (Camila Papéis) e Sérgio Irias (Arion Papéis)



Ricardo Cannalunga (Rivapel), Ítalo Bezerra de Menezes (ABC Distribuidora), José Luiz Barbosa Leonardos (Opus Papéis), Vicente Amato Sobrinho (Andipa), Vitor Paulo de Andrade (Andipa), Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto (AMV Papéis) e Marcelo Patury Accioly (Tecpel)



Anibal Baptista (Central Advance) e Ailton Scarpitta (Camila Papéis)



Joana D'Arc Herrara Pain (Camila Papéis), Edna Souza (Andipa), Vitor Paulo de Andrade (presidente da Andipa) e Vicente Amato Sobrinho (presidente executivo da Andipa)

Em 10 meses, consumo aparente de papéis de imprimir e escrever teve queda de 1,7%

Ainda que negativo, o resultado anual do consumo de papéis para imprimir e escrever (I&E) deve ficar acima das expectativas, na avaliação da Andipa. Entre janeiro e outubro deste ano, o consumo somou 1,56 milhão de toneladas, recuo de 1,7% sobre o total do mesmo período de 2017, que foi de 1,59 milhão de toneladas de papéis para impressão e escrita. Se mantida a tendência nos meses de novembro e dezembro, este desempenho pode se confirmar no saldo deste ano. “É um resultado melhor do que se previa, quando se estimava queda no consumo acima de 5% no ano”, comenta Vitor Paulo de Andrade, presidente do Conselho Diretor da Andipa.

O consumo aparente, que corresponde ao volume produzido mais o importado, menos o exportado, foi calculado a partir dos dados da edição 54 do boletim estatístico Cenários Ibá, entidade que representa os fabricantes da cadeia produtiva de árvores plantadas.

Entre janeiro e outubro deste ano, a produção de I&E somou 2,09 milhões de toneladas, alta de 0,2% sobre o total do mesmo período de 2017 (2,08 milhões de toneladas). Do produzido nos dez meses, 766 mil toneladas foram exportadas, volume 2,8% menor do que as 788 mil toneladas despachadas até outubro de 2017. A fatia destinada ao mercado brasileiro foi de 1,2 milhão de toneladas de I&E, 0,5% menos que a apurada no ano anterior.

Já as importações de papéis para impressão e escrita no ano seguem abaixo de 2017, desde maio. O boletim de novembro mostra que os desembarques neste grupo recuaram 18%, passando de 300 mil toneladas para 246 mil toneladas na parcial de janeiro a outubro de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado.

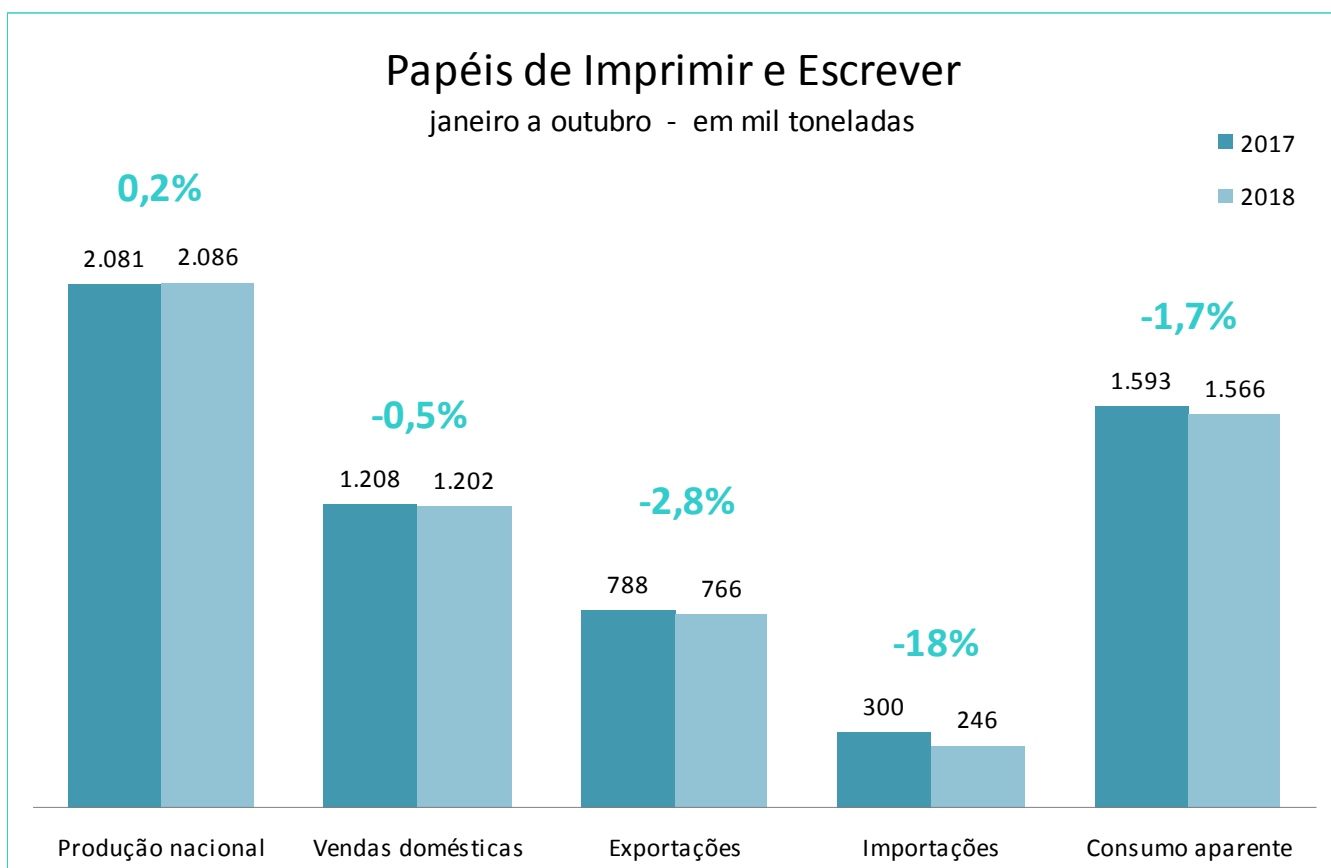
Em alta no mês

Os números gerais da indústria brasileira de papéis foram positivos em outubro. Os volumes de produção, vendas domésticas e exportação foram maiores do que no comparativo com o mesmo mês de 2017, conforme dados do boletim Cenários Ibá. No mês, a exceção foi o segmento de papéis para imprimir e escrever (I&E) que repetiu a produção de 222 mil toneladas de outubro de 2017, das quais 135 mil toneladas foram vendidas internamente, resultando em queda de 6,3% sobre o total ofertado um ano antes.

O boletim, que é divulgado sempre na última semana do mês subsequente, revela os volumes mensais produzidos, comercializados e importados de papéis divididos em seis categorias – embalagens; imprimir e escrever; imprensa; sanitários; cartão; e outros. Destes, basicamente são comercializados via distribuição os tipos de I&E, jornais e cartão.

O papel para embalagem responde por mais de 50% da produção e também é destaque nas vendas domésticas. No acumulado do ano, a produção brasileira de papéis foi de 8,7 milhões de toneladas, das quais 4,5 milhões de toneladas foram do tipo de embalagem. Das 4,5 milhões de toneladas de papéis vendidas ao mercado interno no período, 1,49 milhão de toneladas foi de embalagem.

O segmento de papéis para impressão e escrita ocupa o segundo lugar na produção nacional, com 2,09 milhões de toneladas, seguido pelo segmento dos sanitários, com 1,02 milhão de toneladas.



Fonte: Cenários ibá - edição 54 - Elaboração: ANDIPA

Dados de jornal refletem mercado externo

O segmento de papel para imprensa tem refletido a aquecida demanda internacional, que ocorre a despeito do encolhimento do mercado de jornais impressos. Segundo avaliação da diretoria da Andipa, na China, o papel jornal passou a ser alternativa para a produção de outros tipos de papéis, como o cartão, depois que as regras ambientais mais rígidas proibiram a importação e uso de reciclados.

Neste contexto, até outubro a produção brasileira de papel jornal aumentou 16 mil toneladas no comparativo com o mesmo período de 2017, saltando de 68 mil toneladas para 84 mil toneladas. A parcela destinada à exportação cresceu ainda mais, 18 mil toneladas no período, o que equivale a um aumento de 163%. Conforme a estatística, a remessa de papel jornal brasileiro ao exterior passou de 11 mil toneladas nos dez meses de 2017 para 29 mil toneladas no equivalente de 2018.

No mesmo período de análise, as importações de jornal aumentaram 20%, passando de 81 mil toneladas para 97 mil toneladas. No entanto, as vendas domésticas de jornal recuaram 10% na comparação, caindo de 60 mil toneladas na parcial de 2017 para 54 mil toneladas nos dez meses de 2018.

Com isso, o consumo aparente de jornal no Brasil teria crescido 10%, passando de 138 mil toneladas

para 152 mil toneladas no comparativo. Porém, a Associação avalia que este incremento não condiz com aumento da demanda no Brasil, mas indica formação de estoques diante do cenário mundial de maior procura e menor oferta de papel jornal.

Cartão

Outro destaque positivo das estatísticas do setor de papel é o segmento de cartão, que são os tipos duplex e triplex utilizados na produção de cartonagens, como embalagens de produtos, e em impressos, como capas de livros. Pelos dados do boletim Cenários Ibá, edição 54, o consumo aparente de cartão em 2018 cresceu 8,4% frente a 2017, de 466 mil toneladas para 505 mil toneladas. Entre janeiro e outubro, a produção de papel cartão foi 3,3% maior, a importação aumentou 31,6% e exportação diminuiu 5,2% no comparativo dos dois anos.

As vendas domésticas também indicam aumento na demanda de cartão. De acordo com o informativo, nos dez meses deste ano foram destinadas às gráficas nacionais 456 mil toneladas de cartão, o que equivale a 6,3% de alta sobre as 429 mil toneladas do mesmo no período de 2017. No caso do cartão, o desempenho é justificado pela recuperação da economia pós-retração.

Papel jornal — em mil toneladas

	janeiro a outubro		
	2017	2018	Variação
Produção nacional	68	84	23,5%
Vendas domésticas	60	54	-10,0%
Exportações	11	29	163,6%
Importações	81	97	19,8%
Consumo aparente	138	152	10,1%

Papel cartão — em mil toneladas

	janeiro a outubro		
	2017	2018	Variação
Produção nacional	583	602	3,3%
Vendas domésticas	429	456	6,3%
Exportações	155	147	-5,2%
Importações	38	50	31,6%
Consumo aparente	466	505	8,4%

Fonte: Cenários Ibá - edição 54 - Elaboração: ANDIPA

Importação de cuchê caiu 30%

Os desembarques de papéis cuchê em 2018 somaram 86,8 mil toneladas até novembro, conforme aponta levantamento feito no portal de acesso às estatísticas de comércio exterior do Brasil, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O acumulado dos onze meses do ano ficou 30,6% abaixo das 125,1 mil toneladas do mesmo período de 2017 e 34% aquém das 132,2 mil toneladas de 2016.

Classificado em quatro NCMs (Nomenclaturas Comuns do Mercosul), conforme o formato (bobinas ou folhas) e a espessura (alta ou baixa gramatura), o cuchê é o principal item das importações entre os tipos comercializados pelos distribuidores de papéis no Brasil. No ano, as importações de cuchê devem ficar próximas as 93 mil toneladas registradas em 2005. Depois de uma sequência de alta e quedas pontuais nos anos de 2009 e 2011, a importação de cuchê teve seu recorde em 2012, com a entrada de 363,9 mil toneladas. Desde então, segue em declínio, tendo somado 132,6 mil toneladas em 2017.

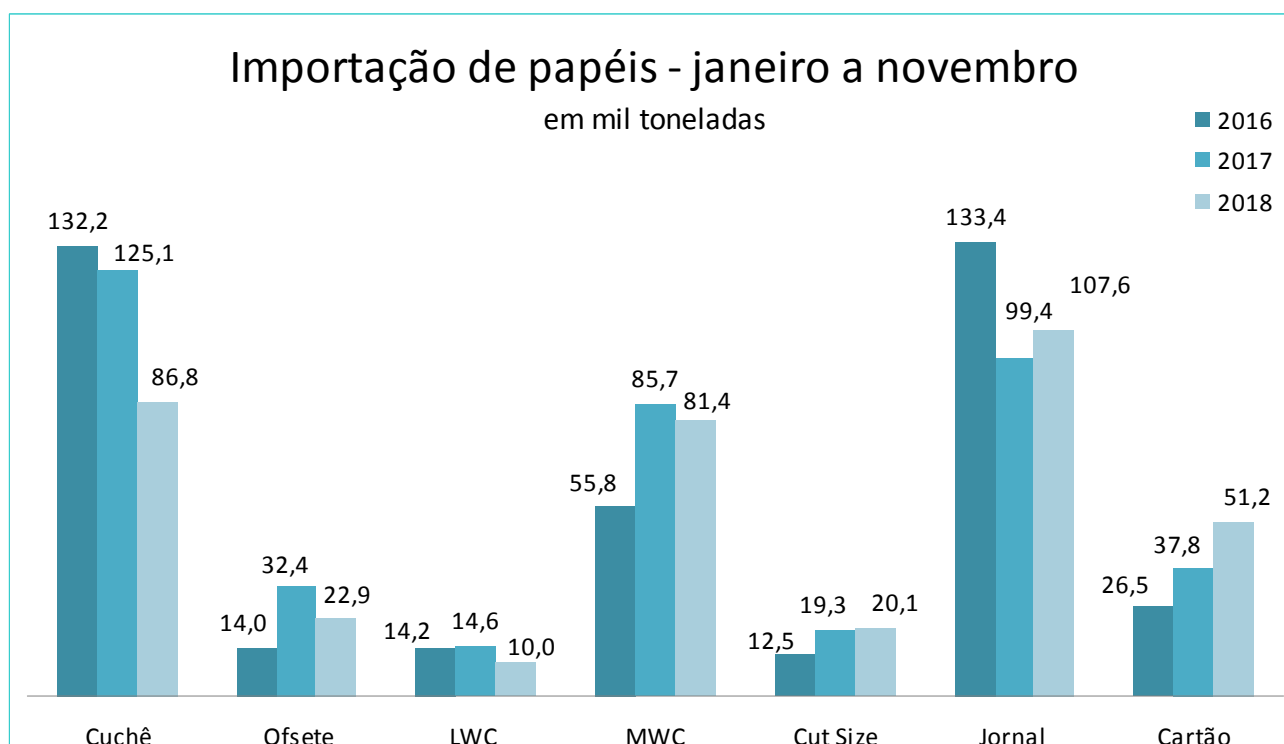
Outros tipos

Mensalmente, a Andipa acompanha o desempenho das importações gerais e da cesta de sete subgrupos, os mais relevantes para o mercado de distribuição de papéis. O saldo parcial de 2018 superou o do ano anterior nas entradas de jornal, cartão e *cut size*. Nos

dois primeiros itens, o resultado dos onze meses segue a tendência do ano (ver página 14). Na parcial do ano, foram importadas 107,6 mil toneladas de papel jornal e 51,2 mil toneladas de cartão (NCM 4810.92.90). No caso do papel cortado, o produto estrangeiro tem uma pequena fatia do mercado. Entre janeiro e novembro de 2018 foram importadas 20,1 mil toneladas de *cut size*, 4% mais que as 19,3 mil toneladas do mesmo período do ano anterior.

Além do cuchê, de janeiro a novembro de 2018, as entradas foram menores também em outros três tipos de papéis. As NCMs de ofsete somaram 22,9 mil toneladas nos onze meses deste ano, contra 32,4 mil toneladas de igual intervalo de 2017. No LWC os desembarques recuaram de 14,6 mil toneladas para 10 mil toneladas no comparativo. Já o MWC teve queda de 5,1% sobre o volume parcial de 2017, somando 81,4 mil toneladas entre os meses de janeiro e novembro de 2018.

Considerando os tipos de papéis destinados para todos os fins, enquadrados no Capítulo 48 do sistema harmonizado de classificação de mercadorias, as importações até novembro de 2018 totalizaram 680,9 mil toneladas. Nos onze meses de 2017, desembarcaram no país 708,8 mil toneladas de papéis, conforme os dados do MDIC.



Fonte: Secex / MDIC

Elaboração: ANDIPA

DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS



ENTIDADE MEMBRO DA



www.twosides.org.br